Política Externa e Participação do Brasil nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas

- Atribuições da Divisão de Paz e Segurança Internacional (DPAZ)
- O surgimento das OMPs da ONU e o papel do Brasil (1948-1989)
- O Brasil e as OMPs no imediato pós-Guerra Fria (1989-2004)
- MINUSTAH e Força-Tarefa Marítima da UNIFIL – pontos de inflexão
- Perspectivas e desafios

A DPAZ

- Criada em 2011, durante o último mandato do Brasil no Conselho de Segurança;
- Principais atribuições:

- **Conselho de Segurança** das Nações Unidas (CSNU);
- **Comissão de Consolidação da Paz** (CCP);
- Participação do Brasil em **Operações de Manutenção da Paz** (C-34 da AGNU, relacionamento com o Secretariado e outros países contribuintes de tropas etc).

- Coordenação da ação do Brasil na ONU na área de paz e segurança e promoção do cumprimento doméstico das resoluções do CSNU (ex.: agenda de Mulheres, Paz e Segurança; regimes de sanções)
- Colaboração na construção de posições brasileiras a respeito de conflitos mas fora do arcabouço da ONU (ex: Colômbia).

O surgimento das OMPs da ONU e o papel do Brasil (1948-1989)

Observador militar brasileiro da Comissão Especial da ONU nos Bálcãs (UNSCOB), na Grécia, em 1948. Foram enviados três militares, um de cada FA, para compor a Comissão de 36 observadores.

O surgimento das OMPs da ONU e o papel do Brasil (1948-1989)

- As OMP não têm previsão expressa na Carta da ONU;
- Não obstante, uma das primeiras e mais frequentes ferramentas empregadas na manutenção da paz e da segurança internacionais pelo Conselho de Segurança;
- Forças militares de interposição entre partes em conflito e de supervisão imparcial do cumprimento de um cessar-fogo ou acordo de paz previamente estabelecido ("paz a ser mantida");
- Desenvolvem-se orientadas por três princípios básicos:

  a) Consentimento das partes;

  b) Imparcialidade; e

  c) Uso da força apenas em autodefesa ou em defesa do mandato.

O surgimento das OMPs da ONU e o papel do Brasil (1947-1989)

- Brasil participa das operações de manutenção da paz da ONU desde seu surgimento (UNSCOB, Bálcãs)

- 50 OMP em quatro continentes nos últimos 70 anos, com mais de 50 mil brasileiros desdobrados;

- Nos primeiros 40 anos, a participação brasileira foi relativamente modesta: “marcar presença” e contribuir com os esforços para estabilizar situações de crise;

- A exceção é a participação na UNEF, com expressivo número de “peacekeepers” e funções de comando militar.

O surgimento das OMPs da ONU e o papel do Brasil (1948-1989)

Embarque de tropas gaúchas para o Batalhão de Suez (1963)

O surgimento das OMPs da ONU e o papel do Brasil (1948-1989)

UNEF I – Força de Emergência das Nações Unidas (1956-67)

- primeira força de paz da ONU com contingentes armados (apenas para autodefesa);
- criada mediante resolução da AGNU, diante de impasse no CSNU (vetos de UK e FR, que intervieram em Suez);
- monitoramento da retirada de forças estrangeiras do Egito após a crise da nacionalização do canal de Suez;
- primeiro envio de tropas pelo Brasil ("Batalhão Suez");
- mais de 3300 militares ao longo do engajamento brasileiro (cerca de 600 por rotação a cada 6 meses);
- Primeiro Comando Militar de um oficial brasileiro (General Carlos Paiva Chaves, jan-ago/1964)

O surgimento das OMPs da ONU e o papel do Brasil (1948-1989)

Gen. Carlos Chaves, primeiro “Force Commander” brasileiro de uma OMP da ONU.

O Brasil e as OMPs no imediato pós-Guerra Fria (1989-2004)

- Na década de 1990, o fim da Guerra Fria possibilitou aos membros do Conselho de Segurança alcançarem acordo para agir diante de diversos conflitos antes sujeitos a impasses e vetos da lógica bipolar;
- Por outro lado, conflitos inter e intra-estatais que haviam sido de certa forma contidos pela Guerra Fria eclodem e aumentam a demanda por ações do CSNU;
- Surto quantitativo e qualitativo de OMPs – cada vez mais OMPs com mandatos cada vez mais complexos;
- Além das funções clássicas, novos encargos como desmobilização e reintegração de ex combatentes, assistência eleitoral, ajuda humanitária, fortalecimento institucional, proteção de civis e apoio ao desenvolvimento (*OMPs multidimensionais*);

O Brasil e as OMPs no imediato pós-Guerra Fria (1989-2004)

Pelotão da Polícia do Exército na Missão de Apoio da ONU ao Timor-Leste (UNMISET), em 2003, uma das primeiras “capacetes azuis” brasileiras, Cap. Médica Ângela Bezerra.

O Brasil e as OMPs no imediato pós-Guerra Fria (1989-2004)

- O período coincidiu com a redemocratização do Brasil e o engajamento renovado em temas de paz e segurança das Nações Unidas;
- Várias das novas OMPs foram desdobradas em países com o quais o Brasil mantinha vínculos especiais e em cujos processos de paz tinha particular interesse (países centro-americanos, países de língua portuguesa);
- Em consonância com a multidimensionalidade das OMP, a participação brasileira passou a incluir policiais militares e funcionários civis (p.ex., TSE);
- Destaques para o engajamento do Brasil nas missões da ONU em Moçambique, Angola (mais de 4000 tropas), Guatemala, El Salvador e Timor-Leste.

MINUSTAH e Força-Tarefa Marítima da UNIFIL – pontos de inflexão

MINUSTAH e Força-Tarefa Marítima da UNIFIL – pontos de inflexão

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (2004-2017)

- Colapso institucional no Haiti após renúncia de Jean-Bertrand Aristide em 29/2/2004;
- Sucessivas atuações da OEA e da ONU desde a década de 1990 sem lograr promover a estabilidade no País;
- O Brasil, membro do CSNU em 2003-2004, votou a favor do envio ao Haiti de Força Interina Multinacional (MIF), sob o Capítulo VII, mas optou por não participar;
- Interesse próprio, do Secretariado da ONU e dos parceiros na participação do Brasil na MINUSTAH;

MINUSTAH e Força-Tarefa Marítima da UNIFIL – pontos de inflexão

- Tradicionalmente, o Brasil não participava de operações amparadas no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas;
- Posição fundamentada nos princípios constitucionais da *defesa da paz*, da *solução pacífica de controvérsias* e *não-intervenção;*
- Preocupação quanto ao envio de OMP sem o consentimento das partes, um de seus princípios básicos. Apego à primazia dos processos políticos para solucionar conflitos e ceticismo quanto à eficácia de soluções pela força;
- Solução de conciliação: a MINUSTAH foi criada sob o Capítulo VII apenas no que concerne às tarefas de segurança;
- Referências ao consentimento do Governo interino haitiano e à crise humanitária no país ("princípio da não indiferença" a matizar o da "não intervenção).

MINUSTAH e Força-Tarefa Marítima da UNIFIL – pontos de inflexão

- Primeira participação brasileira em uma missão de estabilização da ONU (OMP “robusta”);
- Maior contingente de tropas no terreno (cerca de 45 mil militares em 13 anos, mais de 70% do total em 70 anos) ;
- Comando Militar ininterrupto do Brasil durante toda a missão – inédito na prática das Nações Unidas;
- Tropas reconhecidas como altamente disciplinadas, bem equipadas, eficientes e dispostas a cumprir os mandatos;
- Pacificação de “Cité Soleil” – marcos nas atividades de estabilização;
- “Brazilian way of peacekeeping” = a “mão amiga” também nas OMP da ONU (assistência saúde e ajuda humanitária - terremoto de 2010/furacão Matthew).

MINUSTAH e Força-Tarefa Marítima da UNIFIL – pontos de inflexão

Fragatas "União" e "Liberal", durante exercício por ocasião da troca de navio capitânia do Brasil na Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (março de 2017)

MINUSTAH e Força-Tarefa Marítima da UNIFIL – pontos de inflexão

UNIFIL – Força Interina das Nações Unidas no Líbano;

- Criada em 1978, retirada israelense do Sul do Líbano;
- Em 2006, após novos confrontos entre Israel e o Hezbollah, seu mandato foi significativamente reforçado;
- Força-Tarefa Marítima estabelecida para fiscalizar potencial contrabando de armas pelo mar e apoiar o fortalecimento da Marinha libanesa;
- Primeira e única a OMP a contar com componente naval;
- Brasil convidado a assumir o comando da FTM e enviar navio capitânia em 2011;
- Comando naval ininterrupto desde então;
- Posição de liderança em uma nova fronteira das OMPs/NU.

MINUSTAH e Força-Tarefa Marítima da UNIFIL – pontos de inflexão

- ✓ *Disposição e capacidade para assumir maiores responsabilidades para a manutenção da paz e da segurança internacionais*
- ✓ *Reconhecimento como ator fundamental e eficiente (três comandos militares simultâneos em 16 OMP, comandos ininterruptos em duas operações)*
- ✓ *Maior influência e ocupação de espaços no Secretariado das Nações Unidas*
- ✓ *Oportunidades para empresas brasileiras*
- ✓ *Maior interação entre militares e diplomatas*
- ✓ *Elevação do perfil geopolítico do Brasil*

Perspectivas e desafios

“Capacetes azuis” senegaleses carregam colega morto em atentado contra a MINUSMA (Kidal, Mali, 2015)

Perspectivas e desafios

NEWS & IDEAS ▾ REGIONS ▾ CHANNELS ▾ GALLERIES ▾ VOICES ▾

Trump Administration Eyes $1 Billion in Cuts to U.N. Peacekeeping

The White House also targets hundreds of millions in funding for U.N. programs for children and the poor.

BY COLUM LYNCH | MARCH 23, 2017 | COLUM.LYNCH | @COLUMLYNCH

Perspectivas e desafios

- Número de guerras civis triplicou nos últimos 10 anos;
- Escalada do número de ataques fatais de grupos terroristas;
- Pior crise de refugiados e migrantes desde 1945;
- Crescentes necessidades de assistência humanitária;
- Divórcio entre interesses dos P-5, a prática do CSNU e as recomendações do Painel Independente de Alto Nível (HIPPO);
- OMPs esgarçadas, mandatos cada vez mais robustos e ambiciosos, em ambientes altamente voláteis;
- Contra pressões cada vez maiores dos grandes financiadores para encerrar e reduzir OMP por motivos orçamentários;
- Ambiente de maior multipolaridade sistêmica e de rebrote impasses entre os P-5;

→**Retração quantitativa e qualitativa das OMP**

Perspectivas e desafios

A posição do Brasil:

- Apoio às recomendações do HIPPO sobre a primazia da política;
- Não emprego das OMPs em operações antiterrorismo e de extrema cautela quanto a mandatos de "imposição" da paz;
- O uso da força deve se dar somente em casos excepcionais e como último recurso;
- Quando autorizado, deve ser proporcional aos fins almejados, não levar a uma situação pior do que a que se busca remediar e estar submetido a monitoramento e responsabilização por parte do CSNU para evitar abusos.

Perspectivas e desafios

- Encerramento da MINUSTAH a partir de 15/10;
- “Peacekeepers” brasileiros estão “em alta”;
- Mas as OMPs estão se reduzindo em número e nas condições esperadas no terreno;
- MD e MRE examinam as possibilidades para novos engajamentos futuros do Brasil em operações de manutenção da paz das Nações Unidas;
- Idealmente, manter o mesmo nível de participação atual, com ao menos um batalhão desdobrado;
- Mas não ao custo de aceitar qualquer missão;
- A prudência na seleção das missões é igualmente fundamental para o continuado reconhecimento dos “peacekeepers” brasileiros.

Considerações Finais

- As OMPs são instrumento fundamental para a paz e da segurança internacionais;
- Importância de reforço das atividades da ONU na prevenção e na solução pacífica de disputas;
- Necessidade de meios adequados para cumprir seus mandatos;
- Esse mandato é manter – não impor – a paz. A força das missões emana de sua legitimidade ante a população local e as partes em conflito – não apenas do seu poder de fogo.

dpaz@itamaraty.gov.br